



www.LeisMunicipais.com.br

Processo
00383-0200/20-1

DECRETO Nº 82/2001

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Página da
peça
1Peça
4066486DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITOACESSO
P0161373

JUAREZ STEIN, Prefeito Municipal de Dois Irmãos, RS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Sistema de Controle Interno do Município de Dois Irmãos, criado pela Lei nº 1.811, de 21 de fevereiro de 2001, como segue:

REGIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS

Capítulo I DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º O Sistema de Controle Interno do Município de Dois Irmãos, criado pela Lei Municipal nº 1811/2001, de 21 de fevereiro de 2001, é o órgão encarregado de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos municipais.

Art. 2º Atribuições do Sistema de Controle Interno:

- I - avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstos no Plano Plurianual;
- II - verificar o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- III - verificar os limites e condições para a realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;
- IV - verificar, periodicamente, a observância do limite da despesa total com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o retorno ao respectivo limite;
- V - verificar as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- VI - controlar a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- VII - verificar o cumprimento do limite de gastos totais do legislativo municipal;

VIII - controlar a execução orçamentária;

IX - avaliar os procedimentos adotados para a realização da receita e da despesa públicas;

X - verificar a correta aplicação das transferências voluntárias;

XI - controlar a destinação de recursos para os setores público e privado;

XII - avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do Município;

XIII - verificar a escrituração das contas públicas;

XIV - acompanhar a gestão patrimonial;

XV - apreciar o relatório de gestão fiscal, assinando-o;

XVI - avaliar os resultados obtidos pelos administradores na execução dos programas de governo e aplicação dos recursos orçamentários;

XVII - apontar as falhas dos expedientes encaminhados e indicar soluções;

XVIII - verificar a implementação das soluções indicadas;

XIX - criar condições de atuação do controle externo;

XX - orientar e expedir atos normativos para Órgãos Setoriais;

XXI - desempenhar outras atividades estabelecidas em Lei ou que decorram das suas atribuições.

Capítulo 2

DOS MEMBROS DA CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 3º A Central do Sistema de Controle Interno é constituído por servidores do Município, em número de 05 (cinco), assim constituído:

I - 01 (um) contador ou técnico em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

II - 04 (quatro) servidores ocupantes de cargo de nível médio ou superior, com experiência comprovada na administração pública municipal.

§ 1º Os integrantes da Central do Sistema de Controle Interno serão escolhidos pelo Prefeito dentre servidores, detentores de cargo de provimento efetivo e estáveis.

§ 2º Os integrantes da Central de Sistema de Controle Interno poderão ser substituídos a pedido do servidor ou por iniciativa do Prefeito Municipal, para melhor atendimento das atribuições do cargo que é detentor.

Art. 4º São direitos dos Membros da Central do Sistema de Controle Interno:

a) Contar com toda a infraestrutura necessária para exercer suas funções, b) Ter assessoria Jurídica e Técnica permanente, para auxiliar no desempenho de suas funções, c) Exercer suas funções com

autonomia, em harmonia com os preceitos legais vigentes e dentro do limite de suas atribuições, d) Receber gratificação mensal no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), independente do número de reuniões que realizarem, reajustada no mesmo índice salarial dos servidores municipais,

Art. 5º São deveres dos Membros da Central do Sistema de Controle Interno:

- a) Comparecer as reuniões, salvo impedimento justificado e comunicado até a hora do início da reunião,
- b) Apresentar, em dia, ao Executivo Municipal, relatório circunstanciado de suas atividades, propondo as medidas necessárias ao aperfeiçoamento das atividades controladas, conforme artigo 12 da lei 1811/2001,
- c) Manter, no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade,
- d) Representar, por escrito, ao Prefeito, contra o servidor que tenha praticado atos irregulares ou ilícitos;
- e) Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de pareceres e representações ao Prefeito ou expedição de recomendações.

Capítulo 3 DA PRESIDÊNCIA

Art. 6º Na primeira sessão de cada ano, a Central do Sistema de Controle Interno escolherá, por maioria absoluta de votos, o Presidente.

Parágrafo único. a duração do mandato do presidente será de um ano, permitida a recondução de mais um período.

Art. 7º Compete ao Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões,
- b) tomar as providências necessárias para o regular funcionamento do Sistema de Controle Interno,
- c) Solicitar as providências e os recursos necessários ao atendimento dos serviços do Sistema de Controle Interno,

Capítulo 4 DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º A Central do Sistema de Controle Interno reunir-se-á, no mínimo, 02 (duas) vezes por semana, em horário diferenciado do expediente normal do Município, com duração de pelo menos 01 (uma) hora, cada reunião.

Art. 9º O controle de presença dos membros da Central do Sistema de Controle Interno nas reuniões, será feito através de assinatura dos membros no Livro de Presenças, aberto para este fim, e que ficará sob responsabilidade do Presidente.

Art. 10 As reuniões abrangerão assuntos colocados em pauta pelos membros. Cada assunto após relatado será colocado em discussão, facultando-se a palavra ao membro que desejar fazer uso dela, sendo registrado em ata as deliberações.

Art. 11 A Central do Sistema de Controle Interno criará Protocolo próprio afim de receber toda e qualquer denúncias, comunicações, ou pedido de informações, e outros, por escrito; observando sigilo sobre a pessoa do denunciante.

Art. 12 Após o recebimento das denúncias, a Central do Sistema de Controle Interno fará a averiguação,

através de análise documental ou observação dos fatos, conforme o caso.

Art. 13 Com o objetivo de obter a documentação necessária, a Central do Sistema de Controle Interno solicitará a mesma, aos Servidores responsáveis pelos Órgãos Setoriais de Controle Interno, e, dependendo da necessidade, far-se-á reuniões com estes Servidores.

Art. 14 Após averiguada a veracidade da denúncia e confirmada sua gravidade, a Central do Sistema de Controle Interno formalizará orientações, através de Recomendações, que, uma vez aprovadas pelo Prefeito Municipal, possuirão caráter normativo.

Art. 15 Toda e qualquer documentação expedida pela Central do Sistema de Controle Interno, será emitida em 2 (duas) vias, retornando uma via assinada e datada pelo recebedor, que será arquivada.

Parágrafo único. Irregularidades averiguadas pela Central do Sistema de Controle Interno, que tenham sido levadas ao conhecimento, por escrito do Prefeito Municipal e que não tenham sido tomadas as sugeridas providências, serão encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 As omissões e as dúvidas de interpretação e execução deste regimento, serão resolvidas, em reunião, pelos membros do Sistema de Controle Interno.

Art. 17 O presente Regimento poderá ser alterado, sempre que houver necessidade, pelos membros da Central do Sistema de Controle Interno.

Art. 18 O presente Regimento é regido em todos os seus termos pela Lei nº 1.811, de 21 de fevereiro de 2001, a qual terá aplicabilidade, também, onde o Regimento for omissivo.

Art. 19 Este Regimento entrará em vigor após sua aprovação pelo Executivo Municipal e publicação.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS, RS, 18 DE JULHO DE 2001.

JUAREZ STEIN, PREFEITO MUNICIPAL.

REGISTRE-SE E
PUBLIQUE-SE

GUIDO PAULO MULLER, SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 16/01/2019